

Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 129, de 2023

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR)**Iniciativa:****Ementa:**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos representantes a seguir das pessoas com deficiência na audiência pública aprovada, objeto do REQ 125/2023, que tem a finalidade de instruir o PL n.º 1.338/2022, que “altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”. 1- Juiz Edinaldo César Santos Junior, Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância; 2- Representante do projeto "Eu me protejo".

Assunto: -**Data de Leitura:** -

Tramitação encerrada

Decisão: -**Último local:** 14/11/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte**Destino:** -**Último estado:** 12/12/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

TRAMITAÇÃO

12/12/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura**Situação:** AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA**Ação:** Audiência pública realizada em 12/12/2023, em atendimento aos REQ 125/2023, REQ 126/2023, REQ 128/2023, REQ 129/2023, REQ 131/2023, REQ 133/2023 e REQ 136/2023. Para notas, vídeos, apresentações e informações acesse: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=12223&codcol=47>**07/12/2023** CE - Comissão de Educação e Cultura**Ação:** Audiência pública em atendimento aos REQ 125/2023, REQ 126/2023, REQ 128/2023, REQ 129/2023, REQ 131/2023, REQ 133/2023 e REQ 136/2023 prevista para a 96ª reunião, agendada para 12/12/2023, às 14h**04/12/2023** CE - Comissão de Educação e Cultura**Ação:** Em 04/12/2023, foi realizada a 2ª audiência pública em atendimento aos REQ 125/2023, REQ 126/2023, REQ 128/2023, REQ 129/2023, REQ 131/2023, REQ 133/2023 e REQ 136/2023. Para notas, vídeos, apresentações e informações acesse: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=12221&codcol=47>**01/12/2023** CE - Comissão de Educação e Cultura**Situação:** AGUARDANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA**Ação:** Em 01/12/2023, foi realizada a 1ª audiência pública em atendimento aos REQ 125/2023, REQ 126/2023, REQ 128/2023, REQ 129/2023, REQ 131/2023, REQ 133/2023 e REQ 136/2023. Para notas, vídeos, apresentações e informações acesse: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=12198&codcol=47>

Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 129, de 2023

TRAMITAÇÃO

29/11/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura

Ação: Audiência pública em atendimento aos REQ 125/2023, REQ 126/2023, REQ 128/2023, REQ 129/2023, REQ 131/2023 e REQ 133/2023 prevista para a 91ª reunião, agendada para 01/12/2023, às 14h

21/11/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura

Situação: REQUERIMENTO APROVADO

Ação: Em reunião realizada em 21/11/2023, a Comissão aprova o Requerimento nº 129, de 2023-CE, de iniciativa do Senador Marcelo Castro e subscrito pelo Senador Flávio Arns, em aditamento ao Requerimento nº 125, de 2023 - CE.

16/11/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 88ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, agendada para o dia 21/11/2023.

14/11/2023 CE - Comissão de Educação e Cultura

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 18:52.

DOCUMENTOS

REQ 129/2023 - CE

Data: 14/11/2023

Autor: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Local: Comissão de Educação e Cultura

Ação Legislativa: Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 18:52.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos representantes a seguir das pessoas com deficiência na audiência pública aprovada, objeto do REQ 125/2023, que tem a finalidade de instruir o PL n.º 1.338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". 1- Juiz Edinaldo César Santos Junior, Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância; 2- Representante do projeto "Eu me protejo".